

ATA N.º 5/2015:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 4 DE MARÇO DE 2015:

No dia quatro de março de dois mil e quinze, pelas dezasseis horas e quinze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os Vereadores Maria da Natividade Charneca Coelho, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues.

O **Sr. Presidente** dá conhecimento da ausência da **Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias**, dizendo que a mesma não se encontra presente nesta reunião, por estar a prestar declarações em tribunal como testemunha dum processo. Coloca a justificação da sua falta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

O **Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro** inicia a sua participação nos trabalhos mais tarde, assinalando-se o facto na altura devida.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – PAT – Programa de Ação Territorial de Rio Frio / Barroca d'Alva

PONTO 2 – Aceitação de doação – Edição do livro "A condição de Ser Bombeiro. 15 anos de comemorações do Dia Municipal do Bombeiro"

PONTO 3 – Renomeação da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela

PONTO 4 – Proposta de alteração ao PDM para a área da AUGI a Norte dos Olhos de Água

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro às escolas no âmbito dos Jogos Desportivos Escolares

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida – ARCOLSA para apoio à realização do 21.º Festival do Queijo, Pão e Vinho

PONTO 7 – Homologação da adjudicação em Hasta Pública do espaço de venda n.º 13 (florista) do Mercado Municipal de Pinhal Novo

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado no n.º 2 e para os efeitos do n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, e bem assim do que dispõe o n.º 2 e n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-lei n.º 442/91, de 15.11, na sua redação atual conferida pelo Decreto-lei 30/2008, de 10.07 (C.P.A.), a Câmara Municipal deliberou a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Exm.º Senhor Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, **por unanimidade**, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

- **ATA n.º 18/2014, da reunião ordinária de 17 de setembro de 2014 – Aprovada, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Cristina Rodrigues, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião;**
- **ATA n.º 19/2014, da reunião ordinária de 1 de outubro de 2014 – Aprovada, por maioria, com a abstenção dos Sras. Vereadoras Natividade Coelho e Cristina Rodrigues, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.**

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação (Dia Internacional da Mulher)** – dos eleitos da CDU, a ser apresentada pela Sr.ª Vereadora Fernanda Pésinho.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação (Dia Internacional da Mulher)** – dos eleitos do PS, a ser apresentada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço por sugestão da Sr.ª Vereadora Cristina Rodrigues.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** passa à apresentação da Saudação (dos eleitos da CDU):

SAUDAÇÃO (Dia Internacional da Mulher)

“Assinalamos, no próximo domingo, o Dia Internacional da Mulher, momento privilegiado de reflexão e debate em torno das questões ligadas à igualdade de direitos e de oportunidades para todos e todas.

Nos mais de cem anos que nos separam do primeiro Dia Internacional da Mulher, celebrado em 1910, grande foi a evolução registada em domínios como o emprego, a educação ou a saúde, no sentido da emancipação da Mulher e de uma vivência democrática plena. No entanto, os avanços que aplaudimos não devem fazer-nos esquecer os graves atropelos que persistem nos nossos dias, muitas vezes mais perto do que gostaríamos de admitir.

A grave crise económica, social e de valores que atingiu a Europa e o mundo, com particular incidência nos últimos cinco anos, contribuiu para alimentar problemas antigos, que alguém julgara ultrapassados, mas que voltaram para dar testemunho da fragilidade que se encontra, ainda, associada ao papel da mulher na sociedade. Falamos do desemprego e da precariedade, mas também das desigualdades salariais, das pressões para adiar uma gravidez ou do despedimento de quem arrisca constituir família, das dificuldades no acesso a cuidados de saúde especializados. Falamos, também, da violência doméstica, que continua a somar vítimas em todos os estratos sociais, de forma brutal e, muitas vezes, silenciosa.

Continua, assim, a fazer sentido assinalar o Dia Internacional da Mulher, com reflexão, com discussão, com tomadas de posição e medidas concretas para que os direitos de todos os cidadãos e de todas as cidadãs possam ser respeitados, no quadro de uma sociedade mais justa e equilibrada. E faz sentido, também, que festejemos a data, celebrando o feminino e o que o caracteriza, cientes de que é nas diferenças que nos complementamos e crescemos.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 4 de março de 2015, na Biblioteca Municipal de Palmela, saúda todas as mulheres e, em especial, as mulheres do concelho de Palmela, e convida todos e todas a participarem no programa comemorativo, que decorrerá entre 6 e 8 de março.”

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** passa à apresentação da Saudação (dos eleitos do PS):

SAUDAÇÃO (Dia Internacional da Mulher)

“Em 8 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher, data com grande significado na luta contra a desigualdade de género.

Comemorar este dia passa por nos consciencializarmos das desigualdades ainda existentes entre mulheres e homens no que respeita a direitos fundamentais;

Passa, também, pela mobilização de todas e todos na procura de uma efetiva igualdade entre géneros;

Mas passa, certamente, pelo trabalho político em prol de uma sociedade mais justa e igualitária;

Em democracia não pode haver discriminações.

Apesar dos avanços ao nível legislativo e da visibilidade da luta pela igualdade de direitos, a verdade é que ainda estamos longe de alcançar essa igualdade de género ao nível profissional, social, cultural e familiar.

Na política, no trabalho público e privado, na vida doméstica, no seio familiar, persistem muitas desigualdades que têm de continuar a ser combatidas e denunciadas.

Mas é urgente que todas e todos, sem exceção, se consciencializem que esta não é uma luta exclusivamente feminina.

É, sim, uma condição essencial e imprescindível para uma sociedade mais justa e igualitária e verdadeiramente democrática.

Assim, a Câmara Municipal de Palmela, reunida a 4 de março de 2015, saúda todas as mulheres e todos os homens que acreditam e lutam pela igualdade de género.”

Submetida a votação a Saudação (Dia Internacional da Mulher) dos eleitos da CDU, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a Saudação (Dia Internacional da Mulher) dos eleitos do PS, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Semanas dedicadas às freguesias do concelho / Reunião de Câmara extraordinária**

– O **Sr. Presidente** dá conhecimento do calendário das *semanas dedicadas às freguesias do concelho*, nomeadamente:

- Freguesia de Palmela, de 16 a 20 de março. A reunião de Câmara descentralizada será no dia 18 desse mês, às 21:00 horas, no Salão Paroquial da Igreja de Aires;
- Freguesia de Quinta do Anjo, de 13 a 17 de abril. A reunião de Câmara descentralizada será no dia 15 desse mês, às 21:00 horas, em local a definir;
- Freguesia de Poceirão, de 18 a 22 de maio. A reunião de Câmara descentralizada será no dia 20 desse mês, às 21:00 horas, em local a definir;
- Freguesia de Marateca, de 15 a 19 de junho. A reunião de Câmara descentralizada será no dia 17 desse mês, às 21:00 horas, em local a definir;
- Freguesia de Pinhal Novo, de 29 de junho a 3 de julho. A reunião de Câmara descentralizada será no dia 1 de julho, às 21:00 horas, em local a definir.

O **Sr. Presidente** dá, igualmente, conhecimento que se vai realizar uma reunião de Câmara extraordinária com data prevista para o dia 25 de março, às 16:00 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela para discussão e votação da Prestação de Contas de 2014.

Entrada na reunião de um Vereador

Nesta altura, cerca das dezasseis horas e trinta minutos, a reunião começa a ser participada pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

• **Portugal 2020 / Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) – O Sr. Presidente** dá conta de algo que está na ordem do dia, em especial numa semana onde se assistiu à publicação de diversos regulamentos sobre o Portugal 2020, bem como os vários programas, sendo que se trata de uma matéria em que o Município há largos meses vem investindo no estudo, na preparação, na discussão, na planificação e na elaboração de projetos cujos contactos e discussões institucionais têm ocorrido em vários órgãos, nomeadamente: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), Área Metropolitana de Lisboa (AML) / Conselho Metropolitano de Lisboa (CML), Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e muitos outros parceiros e agentes da Península de Setúbal.

A propósito disso informa que o Município apresentou, no passado dia 13, à AML um conjunto de vinte e dois projetos para integração no Plano de Ação que irá operacionalizar a EIDT, proposta pela AML, no quadro do instrumento estratégico Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS), previsto no Acordo de Parceria Portugal 2020.

Os projetos apresentados obedecem a uma criteriosa seleção do vasto conjunto de propostas dos diferentes serviços municipais e parceiros, tendo por base, quer as prioridades da Autarquia, quer as prioridades do território do concelho, bem como as prioridades de investimento a financiar através da AIDUS, embora alguns (nomeadamente no que diz respeito aos projetos de reabilitação urbana, mobilidade e transportes) possam vir a ser financiados, considerando as negociações em curso, quer pelo Programa Operacional da Região de Lisboa (POR Lisboa) – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e FSE (Fundo Social Europeu), quer pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) - Fundo de Coesão.

Do conjunto dos vinte e dois projetos, cinco têm um carácter supramunicipal, a saber:

- CICLOP7;
- HUB10;
- PRARRÁBIDA;
- PRIA;
- ALMENARA.

Salienta que o projeto CICLOP7 conta com participação de todos os municípios que constituem a NUT II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos) – Península de Setúbal.

O projeto consiste na criação duma rede ciclável em toda a Península de Setúbal, ligando o Tejo, Sado, o Atlântico e a Serra da Arrábida, a partir das ciclovias principais de cada concelho que se articulam numa perspetiva multimodal com as principais estações ferroviárias, rodoviárias, marítimas e fluviais.

O HUB10 envolve os Municípios de Palmela, Setúbal, Sesimbra, Barreiro, Seixal e Montijo. O projeto consiste na ligação rodoviária dos principais traçados e vias que ligam os seis concelhos entre si e a Estrada Nacional (EN)10, tendo como epicentro a Quinta do Conde e a Estrada dos Quatro Castelos, com base na conurbação aí existente, potenciando a dinâmica económica e social do espaço, através da mobilidade multimodal (ligação rodoviária às estações de Coina e Penalva em articulação com a rede ciclável e pedonal).

No caso de Palmela, a intervenção, numa primeira fase, consiste na construção duma rotunda na estrada que está na fronteira de mais três concelhos (Barreiro, Sesimbra e Setúbal) – trata-se da entrada no concelho pela zona industrial Vila Amélia - e requalificação do troço a nascente até à denominada rotunda da Makro Cash & Carry. Numa segunda fase prevê-se a requalificação de toda a via conhecida como Estrada dos Quatro Castelos até Cabanas.

O PRARRÁBIDA envolve os Municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra. O projeto conste num Programa de Ação constituído por 16 operações com vista à "Conservação, Valorização e Promoção do Património Histórico, Cultural e Natural da Arrábida".

Para além dos municípios referidos são também parceiros-promotores a Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), bem como vários operadores privados ligados a alojamento turístico. O leque de ações abrange a criação de centros de interpretação (janela das Arrábida), a promoção turística, centros de apoio ao visitante, requalificação do espaço, património edificado, património natural, entre outros.

O PRIA - Percursos em Rede na Inclusão Social envolve os Municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra e inscreve-se numa estratégia conjunta para o desenvolvimento social intermunicipal assente na promoção e capitalização dos atores e recursos existentes – a partir dos quais se encontram as respostas sociais em rede - e no desenvolvimento de três vetores-chave, a saber, violência doméstica, igualdade de oportunidades e igualdade de género, tendo como "dimensões" de atuação a qualificação, capacitação e o emprego; a saúde e o bem-estar e o diagnóstico social permanente. Participam também parceiros privados e instituições.

O ALMENARA envolve os Municípios de Palmela e Lisboa. O projeto consiste na animação e na promoção cultural e turística dos Castelos de Palmela e S. Jorge e os centros históricos de Palmela e Lisboa, através de iniciativas culturais de grande impacto turístico capazes de ligarem a cidade das duas margens. Tem por base o episódio histórico que se prende com a almenara mandada acender por Nuno Alvares Pereira no Castelo de Palmela para avisar D. João I em Lisboa aquando do cerco de Lisboa pelos espanhóis durante a crise 1383-85.

Para além do envolvimento dos diversos serviços municipais e do trabalho desenvolvido no seio do GIM-SPS (Grupo Intermunicipal Setúbal, Palmela e Sesimbra), foi criada também no concelho - já tem quase um ano - uma Comissão de Acompanhamento Palmela 2020 ("CA Palmela 2020") constituída por parceiros locais e regionais (empresários, associações, universidades, autarquias, institutos na área do turismo e do social) que acompanham e garantem o desenvolvimento do trabalho e da estratégia Palmela 2020. A "CA Palmela 2020" conta atualmente com 27 elementos estando previsto o seu alargamento.

Destaca que as candidaturas foram apresentadas a tempo e horas e escusa-se a fazer comentários relativamente a outros concelhos pois tem consciência que o trabalho envolvido foi muito grande, quer por parte de vários grupos de trabalho e técnicos da Autarquia, quer dos restantes municípios.

Para além disso, já estão a ser desenvolvidos trabalhos nas pós-candidaturas. Por exemplo, amanhã o Conselho Metropolitano vai ter a tarefa árdua de tentar perceber o que é que é possível contratualizar no âmbito dos vários eixos e dos vários programas porque o Quadro Estratégico Comunitário (QEC) não corresponde às expectativas dos agentes locais e dos municípios, pois as verbas são muito escassas.

Tem consciência que todos os instrumentos foram bem interpretados e que havia informação disponível. Acredita que o trabalho de casa foi feito. Ao contrário daquilo que por vezes se diz, em algumas iniciativas político-partidárias, há de facto um trabalho sério, de aproveitamento de todas as oportunidades para proporcionar desenvolvimento no território. A prova está à vista, pois foi realizado um trabalho supramunicipal/intermunicipal que integra municípios até de vários quadrantes político-partidários e que foram desafiados por Palmela.

Assegura que foi Palmela quem esteve na base desse grande desafio, pois cedo se percebeu que, para se conseguir potenciar o aproveitamento de alguns eixos, tinha de ser assim. Não se trata apenas de um problema de escala, mas também de coerência e de sintonia nas opções estratégicas para o território. Muitas vezes os presidentes de vários órgãos municipais e o CML aprovam estratégias com eixos muito generalistas mas, na prática, cada um acaba por trabalhar individualmente e com isso perdem-se oportunidades.

Agora é tempo de aguardar as respostas às candidaturas. Isso não significa que não se esteja a trabalhar, porque há ainda muito caminho para «desbravar», pois a cada dia que passa vai saindo uma nova Portaria com novos regulamentos com centenas de páginas, com conceitos e até com aspetos que não correspondem às premissas que foram apresentadas por responsáveis políticos a nível nacional e pela própria CCDR LVT e é por isso que teme que amanhã o CML tenha de tomar algumas posições mais rígidas relativamente ao QEC.

Por outro lado, esclarece que de facto não se está num período de feifização dos fundos, pois essa fase já foi ultrapassada. Para além disso, o recurso aos fundos não é feito apenas pelos

municípios, pelo contrário, haverá muitos privados que para terem acesso a fundos vão precisar de ter os municípios como parceiros.

É evidente que estão agora a ser criadas outras novidades, como por exemplo, a necessidade de planos de desenvolvimento urbanos sustentáveis, planos de mobilidade integrados num plano de mobilidade ao nível metropolitano, que não existe – não é possível elaborar um plano de mobilidade de concelho a concelho que deve estar entroncado num plano de mobilidade a nível metropolitano que não existe. A Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL) durante anos não conseguiu concluir, não por incompetência técnica, mas por questões de subfinanciamento - não é por acaso que agora o PS defende a municipalização dos transportes e da própria AMTL; pelo menos estão sintonizados com a CDU. Contudo, a municipalização a ocorrer, não pode ser nos moldes que estão a querer impor, ou seja, com subfinanciamento.

Informa que, no decurso do corrente dia, recebeu um pedido de parecer da ANMP sobre essas matérias - algo titânico de um instrumento enorme que deverá ser entregue até dia 9 de março. A verdade é que ninguém quer análises sérias sobre isso, pois o Governo consulta a ANMP, a ANMP em dois dias consulta os municípios e os municípios têm dois dias para digerir instrumentos com uma complexidade jurídica tão grande, quando se assistiu empresas de consultores a elaborarem esse documento durante anos. Ora isso não é sério.

Sublinha que assiste-se a uma certa pressa na descentralização, mas *«depressa e bem não há quem»*. Para além disso, pretende-se fazer coincidir certas coisas com calendários eleitorais. Como titulares de cargos políticos refere que não se devemos ter receio de denunciar algumas dessas estratégias.

Reafirma sobre essa matéria o Município, ao contrário daquilo que alguns procuram fazer crer ou dizer, fez o seu trabalho. Fê-lo numa perspetiva correta, integradora dos planos e dos eixos de desenvolvimento estratégico para a região e é por isso que todas as propostas de Palmela para o Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa (PETRL) foram acolhidas e isso significa que o trabalho está a ser feito em sintonia e implica a região sem fronteiras, porque de facto não há fronteiras nesses planos, e só assim conseguir-se-á tirar partido dos escassos fundos que estarão à disposição dessa NUT.

Logicamente que existem outras questões que irão a jogo quando as iniciativas Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) estiverem aprovadas. Por exemplo, relembra a candidatura da Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES). Lamenta a questão da não classificação das Freguesias de Poceirão e Marateca como desfavorecidas, o que está a constituir um grave revés para os agricultores do concelho, pois deixam de beneficiar de uma discriminação positiva.

• **Campanha de solidariedade – Ajuda de emergência às crianças da Ilha do Fogo, em Cabo Verde** – O **Sr. Presidente** informa que, numa primeira fase, procedeu-se ao envio de mais de duas centenas e meia de caixas com matérias diversas num contentor para São Filipe.

Entre 5 de janeiro e 27 de fevereiro decorreu uma outra campanha destinada aos bebés e crianças das famílias da Ilha do Fogo que permitiu recolher 180 quilos de farinhas lácteas e 250 embalagens de toalhas, para além de fraldas e leite em pó.

Destaca o envolvimento de vários trabalhadores do Município, munícipes a título individual mas também através dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente:

- Escola Básica de Batudes;
- Escola Básica da Palhota;
- Escola Básica de Cabanas;
- Escola Básica do Bairro Alentejano;
- Escola Básica António Matos Fortuna;
- Escola Básica Alberto Valente.

Juntaram-se também à campanha a empresa Faurecia – Sistemas de Interior de Portugal Componentes para Automóveis, SA (Palmela), a Ourivesaria Rodrigues de Setúbal e a Junta de Freguesia de Palmela. Agradece a todos o nobre gesto de solidariedade.

Os bens recolhidos serão prontamente expedidos, estando a Câmara Municipal disponível para continuar a receber bens alimentares, nomeadamente, farinhas lácteas.

• **Comemorações no âmbito do Dia Internacional da Mulher** – O **Sr. Presidente** alude que o programa das comemorações procura reunir ações promovidas ou apoiadas pela Autarquia e que assinalam essa efeméride num posicionamento de afirmação positiva da igualdade de género e do contributo feminino para os avanços sociais. Não deixa, no entanto, de procurar alertar e, sobretudo, debater e informar sobre as desigualdades e as manifestações de violência que, infelizmente, ainda recaem sobre a mulher nos nossos dias.

A programação conta com um momento de debate interno, denominado “Igualdade: Verdade ou Consequência”, moderado por Isabel Rebelo da Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, C.R.L. (SEIES), dirigido às/aos trabalhadoras/es do Município, que decorre no próximo dia 6 de março, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, e que conta com a participação de:

- Ana Paixão, da Questão de Igualdade – Associação para a Inovação Social;
- Anita Vilar, do Movimento Democrático de Mulheres (MDM);

- Zoraia Prado, representante da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CIMH/CGTP-IN).

Pretende-se de forma assumidamente provocatória, falar de igualdade, experiências e desafios.

A iniciativa culmina com um baile de Danças Tradicionais Europeias dinamizado por Leónia de Oliveira. O programa comemorativo integra também múltiplas atividades, promovidas ou apoiadas logisticamente pelo Município, a saber:

- *Workshops* de Defesa Pessoal;
- Conferência “A Coragem tem Sexo?”;
- Jantar das Caramelas;
- Aulas gratuitas de hidroginástica, natação e natação livre, nas Piscinas Municipais de Palmela e Pinhal Novo;
- Concerto pela Orquestra de Sopros da Metropolitana, no dia 8 de março, pelas 16h30, no Cineteatro S. João.

Destaca-se ainda a Iniciativa “Quem Ama Cuida – Conversa sobre violência doméstica e de género” que decorre na Escola José Saramago, em Poceirão. Essa iniciativa é aberta a toda a comunidade e conta com a organização da Associação Conversa Amiga (ACA) e “O GUIZO”.

Durante todo o mês de Março será lançado o desafio às entidades para que de uma forma simples assinalem o mês com a produção e exposição de uma frase sobre Igualdade de Género.

Por último, refere que o programa proposto não esgota as diferentes manifestações, na sua maioria promovidas pelo Movimento Associativo, que assinalam a data.

● **IV Encontro Distrital sobre “Prevenção e segurança em ambiente escolar” – O Sr. Presidente** informa que nos próximos dois dias realizar-se-á, no Cineteatro São João, o IV Encontro Distrital “Prevenção e Segurança em Ambiente Escolar”.

Trata-se de um encontro promovido pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), através do Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal (CDOS Setúbal), em parceria com o Município e destina-se a professores/as, estudantes, pais, encarregados/as de educação, técnicos/as dos pelouros da Educação das câmaras municipais e agentes da Proteção Civil.

Amanhã, os trabalhos dividem-se em dois painéis: “Práticas de Prevenção e Segurança” e “Educar para a vida”. No primeiro painel, várias escolas da Península de Setúbal farão as suas apresentações. No segundo painel haverá um conjunto de palestras pela Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI), pelo Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM), pela Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e pelo Programa “Escola Segura” da Guarda

Nacional Republicana (GNR). Durante a manhã de sexta-feira, será ministrada uma ação de formação em primeiros socorros, a realizar no âmbito da Academia da Proteção Civil.

O Dia da Proteção Civil celebrou-se a 1 de março e foi dedicado, este ano, ao tema "A Proteção Civil e a Educação para o Risco", sob proposta da ANPC e considerando que a prevenção é determinante para a proteção de pessoas e bens e para a salvaguarda do ambiente, sendo que a escola é encarada como o local ideal para implementar conceitos e mecanismos conducentes a uma população mais consciente e preparada e a sociedades mais resilientes.

• **Programas municipais de desenvolvimento do basquetebol e do judo – O Sr. Vereador Adilo Costa** sublinha que os Programas Municipais de Desenvolvimento do Basquetebol e do Judo celebram 20 anos no dia 15 de março. Ao longo desse período os dois programas municipais promoveram o desenvolvimento desportivo do concelho, através do aumento qualitativo e quantitativo da prática desportiva, assentes numa estratégia de parceria entre o Município e o Movimento Associativo Educativo e Federativo.

Os dois programas contribuíram de forma inequívoca para o aumento do número de praticantes para a qualificação de enquadramento técnico e para a realização de inúmeras atividades desportivas de ambas as modalidades. Apesar dos constrangimentos e das dificuldades que estes programas enfrentaram nos últimos anos, eles continuam ativos e a possibilitar a muitas crianças e jovens a prática de exercício desportivo de qualidade.

• **Resultados desportivos relevantes de atletas do concelho – dança desportiva /Atletismo – O Sr. Vereador Adilo Costa** passa a informar alguns resultados desportivos alcançados por atletas do concelho.

Dança Desportiva

Os pares de dançarinos André Viana/Daniela Marreiros (Juniões I Open) e Pedro Neves/Sofia Oliveira (Adultos Iniciados), do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz (GDEA), sagraram-se Campeões Nacionais na especialidade Standard, ao vencerem o Campeonato Nacional que se realizou no dia 21 de fevereiro, no Pavilhão Desportivo Municipal da Mata, Caldas da Rainha, revalidando os títulos alcançados em 2014. Tratou-se da primeira prova do calendário da Federação Portuguesa de Dança Desportiva na Época Desportiva 2015.

Atletismo

O atleta do Sporting Clube de Portugal e residente no Lau, Freguesia de Palmela, Edy Maia sagrou-se Vice-campeão Nacional do Salto com Vara em Pista Coberta com 5,25 metros, durante a realização do Campeonato Nacional em Pista Coberta da I Divisão, em Pombal, nos passados dias 21 e 22 de fevereiro.

Esse atleta, de 26 anos, é detentor da melhor marca de 2015, com 5,60 metros e representará Portugal no Campeonato da Europa de Atletismo em Pista Coberta, evento desportivo que realizar-se-á em Praga, na República Checa, entre 6 a 8 de março.

No Campeonato Nacional dos Clubes em Pista Coberta da II Divisão congratulam-se os seguintes atletas e a Associação Académica Pinhalnovense (AAP) pelos seguintes resultados desportivos:

- José Fortes, Sénior, Campeão Nacional dos 800 metros, com 55,39;
- Pedro Gomes, Sénior, Vice-campeão Nacional nos 60 metros, com 8,72;
- Rodrigo Belo, Sub-23, terceiro classificado nacional nos 200 metros, com 22,67;
- César Pedreira, Sénior, terceiro classificado nacional nos 400 metros, com 51,32;
- AAP, Vice-campeã Nacional por Equipas nos 4X400 metros e quarta classificado Geral por Equipas em Masculinos.

Os resultados apresentados confirmam o excelente trabalho que a AAP tem vindo a desenvolver na área da formação desportiva e competição na modalidade de atletismo.

• **Agrupamentos de Escolas de Palmela** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que presentemente está a haver uma avaliação externa. Amanhã vai haver um painel dedicado à Câmara Municipal devido ao papel que a Autarquia tem tido em matéria educativa.

• **Comemorações no âmbito do Dia Mundial do Teatro** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** menciona que ao longo do corrente mês, a Câmara Municipal em parceria com vários agentes culturais assinalam o Dia Mundial de Teatro (27 de março) através de uma programação comemorativa descentralizada.

O trabalho desenvolvido pelos grupos de teatro amadores do concelho de Palmela está em destaque nessas comemorações, que contam com o regresso aos palcos de espetáculos que marcaram o último ano, bem como de produções em estreia, vocacionadas para os diversos públicos, nomeadamente, o espetáculo "Anjos no Cabelo do Diabo", que estreia no dia 7 do corrente mês, pela mão do Teatro Sem Dono, e da peça "Os Ratos e Homens" pelo Grupo de Teatro ENSAIARTE, que estreia no Dia Mundial do Teatro.

No total serão nove apresentações, protagonizadas, também, pela ATA - Acção Teatral Artimanha, ATABrinca e Escola de Teatro da Sociedade Filarmónica Humanitária (SFH) - uma escola recentemente criada -, e pelos visitantes do Grupo de Teatro da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) e da Associação Projéctor - Companhia de Teatro do Barreiro.

Considera que o programa comemorativo constitui uma oportunidade privilegiada para desfrutar do prazer de ver teatro e convida toda a população a assistir aos espetáculos e a

aplaudir os artistas amadores que fazem do concelho de Palmela um espaço de criação contínua e uma referência cultural de grande qualidade em contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

• **Recolha de óleos alimentares usados para valorização** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** anuncia que a Autarquia recebeu o balanço do Projeto RecOil relativo ao ano de 2014 e verifica-se que foram recolhidos cerca de 3.000 litros de óleos alimentares usados (OAU), que permitiram produzir perto de 2.270 litros de biodiesel. Simultaneamente foi evitada a emissão de cerca de 3.460 quilogramas de gases com efeito de estufa.

O projeto resulta de uma colaboração entre a Autarquia, a Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA) e a empresa de recolha Biocanter, Unipessoal Lda. - Biocombustíveis e Recolha de Óleos Alimentares Usados, e conta com o patrocínio do RecOil, projeto ambiental financiado pela Comissão Europeia.

Na perspetiva ambiental, procura-se, por um lado, minimizar os impactos negativos da introdução dos óleos nos sistemas de drenagem de águas domésticas e, por outro, aumentar a produção de biodiesel de uma forma sustentável, sem recorrer às culturas energéticas.

Durante o ano de 2014, no âmbito do RecOil, a ENA com o apoio da Autarquia dinamizaram no concelho várias ações de sensibilização para a reciclagem de OAU e adesão à rede municipal instalada. Essa rede praticamente duplica o que a Lei exige, já que dispõe de trinta pontos de deposição instalados no espaço público (com 360 litros de capacidade), e vinte e seis pontos localizados em alguns estabelecimentos escolares, juntas de freguesia e outras instituições, dotados de barricas com 45 litros de capacidade.

A reciclagem de OAU poderia ter tido ainda melhores resultados, contudo, tem-se verificado um elevado número de furtos nos oleões, o que já mereceu algumas medidas de reforço da segurança e fiscalização dos dispositivos.

Ainda em 2014, iniciou-se um outro projeto, que consiste em estabelecer protocolos com alguns estabelecimentos do sector HORECA (HOTelaria, REstauração e CAFés), revertendo o óleo alimentar usado em dinheiro para as corporações locais de bombeiros. Até à data aderiram quinze estabelecimentos. A expectativa é ver esse número aumentar à medida que o projeto se implanta, apesar dos estabelecimentos já possuírem protocolos com outras empresas de recolha, dado que são obrigados por Lei a dar um destino final adequado aos OAU.

Questões apresentadas pelos/as Srs./as Vereadores/as:

• **Saudações (Dia Internacional da Mulher)** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** associa-se às duas Saudações sobre o Dia Internacional da Mulher e lamenta não ter estado presente para

votá-las. Considera que não é demais repetir esse tipo de iniciativas mesmo que, por vezes, possa parecer repetitivo. Na sua opinião é imperativo que se faça esse tipo de Saudação para que haja uma efetiva igualdade de género em Palmela, em Portugal e no mundo.

• **Portugal 2020 / Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** alude que o Sr. Presidente transmitiu informações importantes sobre os vinte e dois projetos apresentados junto da Área Metropolitana de Lisboa, pormenorizando aqueles que são supramunicipais e que, naturalmente, têm uma envergadura maior.

Solicita que lhe sejam presentes os detalhes dos projetos apresentados, mas também a identificação daqueles que terão uma característica meramente municipal, ou pelo menos com uma lógica local, e que, eventualmente, foram apresentados apenas pela Autarquia ou em parceria com outras entidades.

• **Portugal 2020 / Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** alega que cabe ao Sr. Presidente a avaliação do momento em que a informação deve ser disponibilizada relativamente aos projetos incluídos na Estratégia 2020. Contudo, o PS já tinha solicitado detalhes sobre os mesmos, pelo que os esclarecimentos prestados são importantes, não só em nome da transparência, mas também da mobilização e da qualificação da informação.

Relativamente às iniciativas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) foi aprovada a qualificação das parcerias, mas o facto é que, na altura, existia pouca informação. Era muito importante para o PS, enquanto Oposição, possuir um «quadro» relativamente ao árduo trabalho que tem sido feito porque, conforme foi mencionado, pode acontecer que parte desses projetos fiquem pelo caminho.

Aproveita para saudar a preparação atempada relativamente ao atual Quadro Comunitário de Apoio, não deixando de sublinhar que tal não ocorreu no passado, pelo que é motivo de congratulação por ter acontecido agora.

Relativamente à Comissão de Acompanhamento, nada a obstar, uma vez que se percebe quem são os elementos que dela fazem parte. Naturalmente, também fica na expectativa relativamente à tomada de posição do Conselho Metropolitano de Lisboa, pois certamente que não será fácil.

• **Construção do pavilhão desportivo na Escola Secundária de Palmela – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** salienta que no corrente dia, as Juntas de Freguesia de

Quinta do Anjo e de Palmela estiveram a distribuir um comunicado à população, à porta da Escola Secundária de Palmela. Tal documento plasma, sucintamente, a luta que tem sido desenvolvida relativamente à construção do pavilhão desportivo. Questiona sobre a atuação da Autarquia face a esse processo de mobilização.

• **Integração da Assembleia Distrital de Setúbal (ADS) na Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** menciona que na reunião camarária de 17 de setembro de 2014, foi aprovada a proposta de alteração dos estatutos da AMRS e transição da universalidade da ADS. Solicita que seja feito um balanço sobre como está a decorrer essa integração.

• **Transportes escolares – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que, em sede das negociações que têm estado a decorrer, existe uma questão que provavelmente não é nova, mas que poderá causar algum celeuma, e que se prende com os locais de vendas de passes às crianças, jovens e famílias. Questiona se a situação está ultrapassada e se estão a ser bem acolhidas as sugestões apresentadas pela Autarquia.

• **Intervenções em estradas e caminhos – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** tem conhecimento da existência de um plano de intervenções na rede viária do concelho e que o mesmo não se encontra fechado, por isso, chama a particular atenção para a estrada que liga a Serra dos Barris a Setúbal pois, em alguns troços, encontra-se em muito mau estado de conservação. Desconhece os planos que existem para a referida estrada e as negociações existentes.

Em virtude das ambições da Autarquia relativamente ao turismo e afins e também por uma questão de mobilidade das populações, questiona se existe alguma pretensão agendada para a referida estrada.

• **Unidade de Saúde Familiar (USF) de Palmela – A Sra. Vereadora Natividade Coelho** pronuncia-se sobre as questões noticiadas relativamente ao decréscimo do serviço prestado aos utentes da USF de Palmela. Foi tornado público a falência de alguns sistemas informáticos e de comunicações que eram o sustentáculo do próprio funcionamento da USF de Palmela.

Desconhece se o Sr. Vereador Adilo Costa tem acompanhado o processo e questiona se o sucedido é algo definitivo ou se estão a ser tomadas medidas para obviar a situação.

• **Circuitos de transportes públicos** – Na sequência da intervenção do Sr. Presidente, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** transmite as preocupações do PS no que respeita ao anteprojeto de proposta de Lei do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e, particularmente, em relação às preocupações com o concelho de Palmela.

Acrescenta que o que parecia, de início, um passo positivo no sentido da descentralização, acaba por se revelar, na ausência de uma garantia de sustentabilidade financeira, a principal preocupação, pois pode acontecer que essa ausência venha a ser colmatada no utente.

Por outro lado, o PS preocupa-se especificamente em relação às características do concelho de Palmela, pelo facto de estar contido uma exceção na aplicação dos índices mínimos do serviço, nomeadamente, pela difícil desproporcionalidade, algo que não se compreende. Se eles não existem nesta altura é porque a proporção da dificuldade já o impede.

Para além disso, não é dada nenhuma garantia da abrangência, nem da cobertura do serviço em relação a um território tão específico como o de Palmela. Certamente que essa desproporcionalidade certamente se fará sentir de forma automática em muitas zonas. A cobertura territorial temporal desse regime e como ela irá fazer sentir no concelho de Palmela é a principal preocupação do PS.

Face às questões apresentadas no Período Antes da Ordem do Dia, foram dadas as seguintes respostas:

– **Portugal 2020 / Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT)** (Questão colocada pelos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro e Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** compromete-se a enviar aos Srs. Vereadores a listagem dos vinte e dois projetos para que possam ficar sintonizados. Assim é possível saber como eles estão integrados nos respetivos eixos, quais são as expetativas e perceber o que foi priorizado.

Recorda que não se trata de uma questão de quantidade, mas de qualidade. Tem conhecimento que outros municípios, por razões que não lhe compete apreciar, não apresentaram tantos projetos. Contudo, há que ter em conta que isso passa pela disponibilidade do Município assumir a sua quota-parte da comparticipação do investimento. Felizmente, nessa matéria, o Município tem capacidade de endividamento, ou seja, tem capacidade para solicitar empréstimos e também irá em muitos projetos com fundos próprios para a execução de algumas dessas ações.

– **Construção do pavilhão desportivo na Escola Secundária de Palmela** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** confirma que a Autarquia teve conhecimento da distribuição do comunicado e teve, inclusivamente acesso ao mesmo.

Informa que a Maioria em Exercício revê-se no historial do documento e nas alusões que são feitas à Câmara Municipal, porque correspondem à verdade, mas aquilo que importa sublinhar é a posição do Município sobre o assunto.

O Município fez várias diligências para reunir-se com o Sr. Ministro da Educação e Ciência, mas apesar das insistências, nunca conseguiu. Contudo, o seu Chefe de Gabinete prometeu, inúmeras vezes, vir a Palmela reunir com o Dr. José Alexandre e com ele, enquanto Presidente da Câmara. Foi possível falar com a Direção-Geral dos Equipamentos Educativos, na pessoa do Dr. João Passarinho com quem, aliás, se fez a última visita à Escola Secundária de Palmela e à Escola Básica José Saramago, no Poceirão. Pretendeu-se dar conta, não só da necessidade dos pavilhões mas também de outras obras urgentes na Escola Secundária de Palmela.

Na visita efetuada identificaram-se questões graves de segurança na zona do polidesportivo, nomeadamente nas vedações, mas a verdade é que existem inúmeras outras reparações a fazer naquela escola. O Dr. João Passarinho ficou com o levantamento das questões e o Sr. Diretor da escola também se comprometeu a fazê-las chegar.

No corrente dia rececionou uma carta do Dr. João Passarinho dando conta que cessou funções, pelo que perdeu-se essa interlocução, mas espera que não se perca o objetivo. Contudo, espera que institucionalmente seja nomeado o sucessor.

A Autarquia questionou a Parque Escolar, E.P.E. sobre a existência de algum projeto para a terceira fase da Escola Secundária de Palmela e até ao momento aguarda resposta. Apesar disso continua a trabalhar via Parque Escolar/Ministério da Educação e Ciência. Reafirma que a Autarquia encontra-se disponível para celebrar um Contrato-Programa, desde que possa fazer a gestão do equipamento e colocá-lo ao serviço da Comunidade.

Sobre o comunicado das juntas de freguesia, considera-o importante, mas mais importante ainda é a mobilização da Comunidade Educativa, em particular, as associações de pais e de estudantes, pois trata-se de um desígnio de toda a Comunidade Educativa em geral.

Esse equipamento é necessário na Escola Secundária de Palmela e em Palmela. Bom seria que alguns concorrentes às próximas eleições lançassem a primeira pedra antes do próximo ato eleitoral.

Quanto ao balanço da Assembleia Distrital, considera a questão pertinente mas não tem condições para fazê-lo, porque só na próxima reunião da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) em que a Autarquia tem direito de participar é que far-se-á o ponto de situação. Depois terá muito gosto em partilhar a informação.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que em relação ao comunicado conjunto da Junta de Freguesia de Palmela e da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, os promotores informaram a Autarquia que tiveram o cuidado de previamente estabelecer o contacto com a Direção e Conselho Geral da escola e com a Associação de Pais.

Não tendo nenhuma das juntas de freguesia lugar no Conselho Geral da Escola Secundária de Palmela, é muito importante a relação íntima existente, nomeadamente da Junta de Freguesia de Palmela, pois assiduamente a Escola Secundária pede-lhe um conjunto de trabalhos que vão sempre sendo concretizados, pese embora, seja da competência da Administração Central.

_ **Intervenções em estradas e caminhos** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** informa que a Autarquia repavimentou, numa primeira e numa segunda fase, aquele último troço. Uma parte substantiva ainda está localizada no concelho de Palmela e a restante no concelho de Setúbal. Ainda assim entendeu-se priorizar outras vias que estão no plano porque o acesso à zona de maior densidade e que mais é utilizada está de facto pavimentada e em condições de circulação. O restante da via vai sofrendo as reparações necessárias no âmbito das brigadas da conservação permanente com o objetivo de manter a via transitável.

Haverá a oportunidade de discutir com as populações, no próximo período de Orçamento Participativo, um conjunto de outras propostas de repavimentações. Existem várias por todo o concelho e em função dos recursos financeiros disponíveis, procurar-se-á até ampliar o número de intervenções que constam no Programa de Mandato.

_ **Unidade de Saúde Familiar (USF) de Palmela** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Presidente** alude que quando falou da Semana de Palmela, não falou do programa porque ele ainda se encontra a ser arquitetado. Destaca que estão previstas várias visitas a obras de reabilitação de espaços exteriores.

Para além disso, no momento de apresentação de vários projetos e maquetas de projetos importantes para a Freguesia de Palmela, será dada uma atenção especial, durante essa semana, às questões da Saúde e da Educação.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** sublinha que pode apresentar exemplos concretos de pessoas que vão ao Centro de Saúde e que efetuam tratamentos, mas a quem não são emitidas qualquer guia de pagamento. Mais tarde o pagamento é exigido por correio, que deverá ser concretizado num determinado período. Acredita que isso aumenta exponencialmente as multas por uma falha da Administração.

Para além disso, acontece que o histórico do utente não se encontra acessível, aumentando o risco para a saúde dos mesmos. Pensa que essas situações estão a ser resolvidas, mas cria uma situação complicada em termos de pagamento.

Está convencido que vai haver oportunidade de ouvir as explicações dos responsáveis da Unidade de Saúde Familiar e do Centro de Saúde.

– **Circuitos de transportes públicos** (Questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Presidente** alega que sobre a questão da descentralização, modelos de financiamento dos transportes e índices mínimos de serviço, o modelo apresentado é extremamente perverso, e nem de perto, nem de longe, se adequa a um território como Palmela - quer na resposta daquilo que existe no momento, quer naquilo que se pretende. Passaria muito mais por modalidades de transporte flexível, em algumas zonas do território, mas também de obrigação por via das concessões.

Costuma dizer, e não é uma expressão muito feliz, mas «quem comeu a carne, que roa os ossos». Essas empresas não podem querer apenas aquilo que é altamente rentável. Têm que tentar fazer alguma oferta de serviço público. É evidente que pode haver compensações por parte dos municípios e de parcerias de empresas, mas não basta um regime daquela natureza. Não é certamente aquilo que as populações, os municípios e as populações precisam.

Quanto à observação e preocupação manifestada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço, e que é corroborada pela Maioria em Exercício, a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que desproporcionalmente difícil é um conceito jurídico indeterminado, e como tal, é um «saco» onde tudo pode caber e nada se garante.

Acrescenta que, se atualmente já não existe um serviço de transporte público para as áreas mais rurais do concelho de Palmela, com essa legislação a proposta afastará de todo, aquilo que será um serviço público desejável e necessário às necessidades básicas da população do concelho.

Acrescenta que essa questão foi levantada nos diversos pareceres que foram remetidos pela Autarquia à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL). Nas reuniões realizadas a Autarquia teve a oportunidade de vincar as características do concelho e as suas preocupações relativamente, quer à anterior, quer à atual proposta que veio piorar ainda mais a situação.

A anterior proposta mereceu a posição unânime de todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Quanto à segunda proposta e, nomeadamente, também quanto ao regime de financiamento, porque ele transfere para as autarquias a questão do seu financiamento (desconhece-se se serão taxas ou tarifas e se recai sobre o utente ou sobre as autarquias), ainda na sexta-feira passada todos os municípios da AML manifestaram uma opinião unânime de recusa.

– **Transportes escolares** (Questão colocada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que vai haver uma iniciativa dos Transportes Sul do Tejo, S.A. (TST) e que passa pela desmaterialização das senhas e pelos carregamentos eletrónicos. Nesse

sentido, a Autarquia tem vindo a realizar reuniões com todas as direções das escolas para acertar pormenores.

Ficaria muito agradada se pudesse afirmar que, neste momento, o assunto está devidamente enquadrado. É certo que o está a nível dos agrupamentos de escolas, mas a nível das escolas secundárias que possuem o Básico e o Secundário ainda há muito trabalho a realizar-se.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E SRA. CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco e Sr.ª Chefe da Divisão da Administração Geral, Dra. Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 18.02.2015 a 03.03.2015.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sr.ª Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 13.02.2015 a 01.03.2015.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 18.02.2015 a 03.03.2015, no valor de 1.706.855,08 € (um milhão, setecentos e seis mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e oito cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 03.03.2015, apresenta um saldo de 6.671.562,74 € (seis milhões, seiscentos e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos), dos quais:

- **Dotações Orçamentais** – 5.690.489,59 € (cinco milhões, seiscentos e noventa mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e cinquenta e nove cêntimos);
- **Dotações Não Orçamentais** – 981.073,15 € (novecentos e oitenta e um mil, setenta e três euros e quinze cêntimos).

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – PAT – Programa de Ação Territorial de Rio Frio / Barroca d'Alva

PROPOSTA N.º GAP 01_05-15:

«Considerando que:

1. Nos termos do art.º 118.º do Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, cabe aos municípios, com a colaboração das entidades públicas e privadas, promover a execução coordenada e programada do planeamento territorial, designadamente dos respetivos Planos Diretores Municipais (PDM's);
2. No art.º 121.º do mesmo diploma legal, está prevista possibilidade da atuação coordenada das entidades públicas e privadas interessadas na execução dos planos municipais, designadamente dos PDM's, ser enquadrada por Programas de Ação Territorial (PAT's);
3. No mesmo artigo, estatui-se que os PAT's têm por base um diagnóstico das tendências de transformação das áreas a que se referem, definem os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificam as ações a realizar pelas entidades neles interessadas e estabelecem o escalonamento temporal dos investimentos neles previstos, designadamente as

prioridades de atuação na execução dos PDM's e a estratégia de intervenção municipal nas áreas de edificação dispersa e no espaço rural;

4. Durante os anos de 2008 e de 2009, visando uma execução articulada do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva, no Concelho de Alcochete e do Plano de Pormenor da Área de Vocação Turística da Venda Velha, no Concelho de Palmela e o início dos trabalhos de alteração ao PROT-AML, os Municípios respetivos, em atuação coordenada com o Conselho de Administração da Sociedade Agrícola de Rio Frio S.A. (SARF) e as estruturas técnicas e políticas das Câmaras Municipais, com a assessoria técnica do gabinete Bruno Soares Arquitetos e de várias outras equipas, resultou na elaboração da 1.ª versão do Programa de Ação Territorial de Rio Frio e Barroca d'Alva;
5. Esta atuação coordenada dos dois Municípios e da SARF foi também altamente motivada pela decisão governamental de construção do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), no Campo de Tiro de Alcochete, bem como da linha para o Comboio de Alta Velocidade e instalação da Plataforma Logística do Poceirão, associando a estes projetos um importante conjunto de infraestruturas de acessibilidade, parte das quais atravessando a área de intervenção do PAT;
6. O "Relatório Síntese - Estratégia e Modelo Territorial" da área intervenção do PAT, depois de devidamente aprovado pelos executivos dos Municípios de Alcochete e de Palmela, foi por estes entregue, em 24 de julho de 2009, na Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), para apreciação e consideração em sede de revisão do PROT-AML, conforme consta na documentação anexa à presente proposta de deliberação;
7. Entretanto, as alterações de contexto económico e político que se verificaram desde 2009, em particular o progressivo agravamento da crise económica e financeira no País, com a consequente contração no investimento e no financiamento dos mercados, em particular dos mercados turístico e imobiliário, resultaram na suspensão dos processos de elaboração dos Planos de Pormenor da Área de Vocação Turística da Barragem da Venda Velha e do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca D'Alva, obrigando a que, em 2012, fosse feita uma reavaliação das condições de implementação do PAT;
8. Neste contexto, e no sentido de garantir a sustentação económica dos objetivos, dos programas e dos projetos formulados em 2009 para o PAT, tanto no que respeita à manutenção do suporte financeiro de curto prazo e no acesso aos programas do próximo Quadro Comunitário de Apoio, como no ajustamento às mudanças que se vão configurando nos mercados turístico e imobiliário, em julho de 2013, foi desenvolvida uma proposta de aditamento à versão inicial do mesmo, limitando a incidência deste programa às propriedades da SARF, Casa Agrícola de Rio Frio II S.A e PAPREFU, SA, consubstanciando num novo modelo de organização e de desenvolvimento, com capacidade para gerar e atrair valor acrescentado e sustentado para o território;

9. Esta proposta de Aditamento ao PAT de 2009 foi aceite pelos executivos dos dois Municípios, conforme ofício datado de 9 de outubro de 2013 onde, nos pareceres anexos dos respetivos serviços técnicos se apresentava um conjunto de comentários e/ou observações que deveriam ser tidos em consideração em sede da elaboração da sua versão final, conforme consta na documentação anexa à presente proposta de deliberação;
10. O Aditamento ao PAT de 2009 traduz a intenção de prosseguir o reajustamento da estratégia e dos programas de desenvolvimento para a área de Barroca d'Alva e de Rio Frio, aproveitando os recursos naturais, culturais e produtivos existentes, entretanto valorizados, bem como a sua localização no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, que lhe proporciona condições singulares de integração nas dinâmicas metropolitanas de desenvolvimento, nomeadamente nas que resultam do reforço de Lisboa e da região de Setúbal, como destinos turísticos europeus, enquanto território detentor de um património natural, histórico e cultural com enorme valor para a oferta turística da região e do País, em particular no domínio do ecoturismo, do turismo equestre, recreio e lazer metropolitanos;
11. Apesar das grandes incertezas que se mantêm no que respeita à concretização das grandes infraestruturas regionais, a concretização da versão atualizada do PAT de 2015, constitui uma oportunidade para a concertação de interesses entre os Proprietários/Promotores da Área de Rio Frio e Barroca d'Alva e destes com os Municípios de Palmela e de Alcochete, definindo uma estratégia com objetivos adequados às novas circunstâncias económicas, institucionais e políticas de desenvolvimento da Região e do País, aproveitando, nomeadamente, condições de acesso a financiamentos do Acordo de Parceria entre Portugal e a União Europeia estabelecido no âmbito do próximo Quadro Comunitário – Portugal 2020;
12. Por sua vez, a concretização do PAT de 2015 visa garantir a estabilidade, num horizonte alargado de 20/25 anos, dos objetivos e compromissos estabelecidos, designadamente quanto ao modelo territorial e à programação dos investimentos necessários ao desenvolvimento das ações nele previstas.

Assim, pelo exposto, **propõe-se** que:

- Nos termos e para efeitos do disposto no art.º 121.º do Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, a Câmara Municipal delibere emitir parecer favorável à Estratégia e Modelo Territorial do Programa de Ação Territorial de Rio Frio e Barroca d'Alva, conforme consta na documentação anexa à presente proposta de deliberação;
- Nos termos do preceituado e na sequência do deliberado no ponto anterior, a Câmara Municipal delibere remeter o assunto para conhecimento da Assembleia Municipal.»

Sobre a proposta de Programa de Ação Territorial de Rio Frio / Barroca d'Alva numerada GAP 01_05-15 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que, no fundamental, o programa anexo à proposta tem os pressupostos do Programa de Ação Territorial (PAT) que se encontram sistematizados nos considerandos.

São apresentados igualmente os pressupostos do aditamento de 2013 ao PAT. Os pressupostos do Programa de 2015 atualizam, na atual versão do PAT, os conceitos e a visão integrada sobre o desenvolvimento económico, empresarial e territorial numa área com cerca de 11.000 (onze mil) hectares, bem como na valorização e pleno aproveitamento dos recursos agroflorestais da área, em particular, das suas componentes de montado, vinha, pastagens e arrozais. Aliás, na zona de Rio Frio é possível verificar que alguns destes projetos já estão em curso.

Alguns já obtiveram inclusivamente financiamento do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), nomeadamente, a renovação da vinha, projetos ligados ao turismo equestre, na preservação e valorização dos ecossistemas dos espaços e corredores naturais relacionados com a fauna e flora e, em particular, da rede hídrica e do aquífero na preservação dos valores patrimoniais e da história e memória da região, com o destaque para o sítio arqueológico do Porto dos Cacos, núcleo industrial romano do séc. I DC.

Para os montes da Barroca d'Alva - desenvolvimento do agroindustrial promovido por Jácome Ratton, no final do séc. XVIII, e do Rio Frio um grande centro agroindustrial do final do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX. Também um desenvolvimento articulado e complementar de centralidades turísticas que são oportunidades, nomeadamente, os montes de Rio Frio e da Barroca d'Alva, os núcleos agroturísticos e os espaços de ocupação turística.

Acompanhando o mapa dá para identificar designadamente os Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) da Barragem de Venda Velha e Barroca d'Alva e de Porto dos Cacos. Explica com maior detalhe o que se pretende com o Parque Agroturístico de Rio Frio e as ações na área agroflorestal, infraestrutural, social, ambiental, histórico-cultural turístico e do espaço edificado

A programação que é proposta para 2015/2016, 2017/2020 e para além de 2020, fases e instrumentos de contratualização, o Modelo *Gouverness*, a fase de implementação do PAT e uma nota final que é importante até porque todas essas ações têm que ser compatibilizadas com outra legislação habilitante na área do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e também do próprio Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), entre outra legislação.

Obviamente o que se pretende é contratualizar um modelo que esteja integrado no PDM de Palmela, e na revisão que está em curso, tendo por base um pressuposto de trabalho de contactos com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) que vem desde 2009.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** saúda os anexos à proposta pela sua qualidade e simplicidade - sobretudo, para quem, como a própria, não trabalha nessas áreas -, quer ao

nível dos pressupostos, quer relativamente a 2009, quer a 2013, e às vicissitudes do que estando previsto para o território deixou de estar ou foi suspenso.

Crê que a adequação dos pressupostos de 2015 é realista. Preocupa-a as alterações, nomeadamente, investimento e reinvestimento nesse território. De qualquer modo, pensa que o principal objetivo da proposta é dotar a Autarquia de um PAT realista e que permita ser acompanhado pelos respetivos instrumentos de gestão territorial.

Regista que há de facto questões não muito exaustivas, mas que não o podem ser nesta fase e, inclusivamente, a declaração de adesão ao PAT que consta como anexo. Parabeniza essa forma de apresentação de documentos habilitantes para que o PS possa votar em consciência. Conclui por informar que o PS irá votar favoravelmente.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** sublinha a importância dessa alteração e desse programa de ação, porque efetivamente adequa à realidade dos tempos que correm e dá-lhe a perspetiva daquilo com que se pode contar e aquilo que é importante em termos estratégicos de gestão do território. Nesse sentido, votará favoravelmente a presente proposta.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Aceitação de doação – Edição do livro “A condição de Ser Bombeiro. 15 anos de comemorações do Dia Municipal do Bombeiro”.

PROPOSTA N.º GAP 02_05-15:

«Como é do conhecimento público, a Câmara Municipal de Palmela e as Associações de Bombeiros do Concelho assinalarão, em 2015, o Dia Municipal do Bombeiro, que terá, no ano em curso, a sua 15.ª edição.

No âmbito da efeméride, a Câmara Municipal de Palmela e as referidas Associações Humanitárias decidiram assinalar o 15.º aniversário do Dia Municipal do Bombeiro com o lançamento de uma edição comemorativa, tendo, para o efeito, a empresa abaixo identificada proposto efetuar o seguinte donativo:

Entidade	Doação/Donativo
REGISET – Comunicação e Artes Gráficas da Região de Setúbal, Lda. Estrada da Baixa de Palmela – Quinta Gonçalo José CCI 4620 2900-392 SETÚBAL NIF: 501 955 313	300 unidades impressas do Livro “A Condição de Ser Bombeiro. 15 Anos de Comemorações do Dia Municipal do Bombeiro” Valor da doação: € 2.000,00 (dois mil euros)

Assim, e de acordo com o disposto na alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal aceite a doação da Regiset, Lda., nos termos acima descritos.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Renomeação da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela.

PROPOSTA N.º GPE 01_05-15.

«O acompanhamento dos processos de elaboração e revisão dos Planos Diretores Municipais é levado a cabo por uma comissão formada pelas entidades constantes do artigo 7.º da Portaria 1474/2007¹, de 16 de novembro.

Assim e aquando do início do procedimento de revisão do PDM de Palmela foi publicado o Despacho n.º 21438/2004 (2.ª Série), de 20 de outubro 2004 aprovando a composição da então denominada, Comissão Mista de Coordenação (CMC), para acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela.

Posteriormente e de acordo com a cronologia abaixo, foram tomadas diversas diligências que vieram a alterar ou/e atualizar a sua composição, até à sua extinção em fevereiro de 2011:

- Despacho n.º 21438/2004 (2.ª Série), de 20 de outubro 2004
Aprova a composição da Comissão Mista de Coordenação (CMC) para acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela.
- Despacho n.º 14311/2005 (2.ª Série), de 29 de junho de 2005
Altera a composição da Comissão Mista de Coordenação (CMC).
- Aviso n.º 6128/2009 (2.ª Série), de 24 de março de 2009
Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º e do n.º 2 do artigo 22.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro, publicita-se a conversão da Comissão Mista de Coordenação da revisão do PDM de Palmela em Comissão de Acompanhamento republicando a sua composição.
- Aviso n.º 16777/2009 (2.ª Série), de 25 de setembro de 2009
Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 1474/2007 de 16 de novembro, é alterada a constituição da Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM de Palmela.

¹ Que por sua vez veio revogar uma sua anterior, a n.º 290/2003, de 5 de abril

- Extinção da Comissão de Acompanhamento

Decisão da CCDRLVT, de fevereiro de 2011, de extinção da CA de acordo com o disposto na alínea b) do artigo 20.º da Portaria n.º 1474/2007, já acima mencionada, pelo facto de ter decorrido mais de um ano desde a realização da sua última reunião, sem ter sido convocada uma nova.

No seguimento do exposto, perante o desenvolvimento do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, nomeadamente dos seus procedimentos e projetos complementares, RAN, REN, Rede Natura, Carta de Ruído e estando em conclusão a delimitação da EEM, a AAE e da carta de Riscos, considera-se surgido o momento de proceder à renomeação daquela Comissão com vista a dar prosseguimento e conclusão ao processo de concertação e escrutínio, quer destes mesmos estudos, quer das propostas entretanto levadas a cabo.

Dado o tempo decorrido entre a anterior Comissão e a presente proposta considera-se igualmente oportuno a sua reconfiguração tendo em conta a procura de envolvimento, numa base permanente, somente daquelas entidades cuja intervenção no processo se revele abrangente e transversal às múltiplas problemáticas e vertentes do ordenamento do território, sem prejuízo das necessárias consultas a todas as demais que ainda que, não desta forma, e só pontual e sectorialmente, possam ter interferência com estas mesmas problemáticas e vertentes.

Assim, **propõe-se**, nos termos e para os efeitos do disposto na Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro, que seja solicitado, junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, o desenvolvimento dos procedimentos necessários à renomeação da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela, para o que **mais se propõe** que a sua respetiva composição passe a incluir as seguintes entidades:

1. CCDD-LVT
2. CM Palmela
3. AM Palmela
4. ICNF
5. APA (ARH Tejo e Oeste e ARH Alentejo)
6. Turismo de Portugal
7. IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
8. DRAP-LVT
9. ARS LVT
10. Instituto da Mobilidade e Transportes
11. REFER
12. Direção Geral do Património Cultural
13. ANPC
14. IHRU

15. CM Vendas Novas
16. CM Montijo
17. CM Moita
18. CM Setúbal
19. CM Sesimbra
20. CM Alcochete
21. CM Barreiro
22. CM Seixal.»

Sobre a proposta de Renomeação da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela numerada GPE 01_05-15 intervêm:

O **Sr. Presidente** alude que essa Comissão fica um pouco mais restrita, pelo que será necessário fazer consultas a outras, pois existe um conjunto de organismos que se fundiram e espera que, com essa «fúria» de poupança, não desapareçam mais alguns porque senão fica a Comissão desatualizada quando for publicada em Diário da República.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que um bom exemplo disso é a fusão que vai ocorrer entre a Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E. e a EP - Estradas de Portugal, S.A. que passar-se-á a denominar Infraestruturas de Portugal. Assim, corre-se o risco de quando for publicado já não existe nem REFER nem Estradas de Portugal, mas sim a Infraestruturas de Portugal. Assim, sugere que se inclua também a EP - Estradas de Portugal, S.A.

Uma outra que também está num processo de fusão ou de reestruturação, mas que preenche na sua ótica a alínea d) do n.º 1 do art.º 7.º da Portaria anteriormente mencionada, é o Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL).

Conclui por informar que vai votar favoravelmente.

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** sugere que, em nome da transparência, e até para que historicamente seja possível situarmo-nos, como as instituições estão sempre a mudar de nome e a fundir-se, e porque posteriormente vão ser elaboradas atas, que são públicas, considera ser uma boa política que se coloque o nome por extenso das instituições e entre parêntesis o seu acrónimo. O mesmo cuidado deve merecer os instrumentos.

Não pretende que se altere a proposta, mas tal como existe o galês, existe o «territorialês» e o «arquitetês», então, era bom que quando não está referenciado entes, em nome da transparência e da clarificação, porque de uma vez está de uma maneira outras vezes está de outra, futuras propostas tivessem em conta isso mesmo. Por exemplo, quando estava a ler a proposta, teve de recorrer à *internet* para ver a que se referia EEM, porque na altura não se lhe ocorria.

O **Sr. Presidente** explica que teve o cuidado de dizer por extenso, mas que a questão apresentada pela Sra. Vereadora Natividade Coelho tem naturalmente acolhimento.

Relativamente à questão suscitada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, parece-lhe que a referência REFER/Estradas de Portugal, neste momento, faz sentido. Não se deve é fazer metrologia, porque não se sabe o que é que vai ficar ligado. Mas percebendo que presentemente as duas estruturas englobam um único Conselho de Administração, pode-se acolher a proposta de alteração.

Quanto ao Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. (SIMARSUL), percebe o alerta, mas considera que não está ao mesmo nível das restantes entidades, porque o Município consulta amiúde a empresa e tem em consideração, para desenvolvimento dos trabalhos do Plano Diretor Municipal (PDM), as redes, os emissários e a programação dos investimentos da SIMARSUL para os próximos anos, dado que depois do próximo quadriénio não se sabe, porque pode acontecer que os municípios expulsem a Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF) da SIMARSUL e criem outra coisa.

A solicitação do Sr. Presidente, intervém o Coordenador do Gabinete de Planeamento Estratégico que acrescentou explicações. [Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a sua intervenção.]

A **Sra. Vereadora Natividade Coelho** refere que a questão é mais na própria proposta, pois depois é transcrita para atas e fica disponível para o público.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Proposta de alteração do PDM para a área da AUGI a Norte dos Olhos de Água.

PROPOSTA N.º DAU 01_05-15.

«A 17 de novembro de 2004, a Câmara Municipal de Palmela deliberou a elaboração do Plano de Pormenor de iniciativa municipal com o apoio da Administração Conjunta (AC), com vista à reconversão Urbanística da AUGI a Norte dos Olhos de Água, correspondente ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 12637, do livro B-39, desanexado do descrito sob o n.º 5251 a folhas 1 verso, do livro B-18 e omissos na matriz cadastral rústica da freguesia da Quinta do Anjo, com uma área de 19.250,0m².

Desde então, a sua elaboração tem decorrido com sucessivos constrangimentos, verificados quer pela necessidade de adaptação às mudanças e exigências legais, pela necessidade de celebração do contrato de urbanização e planeamento, bem como de contratação de serviços,

pelo que se procurou, junto da CCDR-LVT, encontrar processos alternativos para atingir o objetivo final (viabilizar a reconversão da AUGI em consonância com o PDM) em tempo útil.

Face à oportunidade que a sucessiva atualização do quadro legal também proporciona, optou-se pela figura da alteração do PDM (competência do município) - procedimento simplificado desde a publicação do Decreto-lei nº 316/2007, de 19 de setembro - remetendo-se para momento posterior a reconversão sob a forma de loteamento (iniciativa da AC), tendo este procedimento obtido a aprovação da Comissão de Administração da AUGI.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere a alteração do PDM, de acordo com o previsto nos artigos 93º, 95º e 96º do RJIGT (aprovado pelo Decreto-lei n.º 380/99, de 22/09, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 46/2009, de 20/02) com o objetivo de alterar o zonamento plasmado na Planta de ordenamento do PDMP (publicado através da RCM n.º 115/1997 e alterado pelas declarações 185/2002, de 17/7 e 162/2005, de 27/07) de Espaço Agro-florestal cat.II e REN para Espaço de Recuperação e Reconversão Urbanística, a incidir sobre a área de 11.635,0m², assinalada em anexo, correspondente à delimitação desta AUGI na respetiva carta do Concelho, aprovada pela Câmara Municipal de Palmela a 21/02/1996.

Prevê-se que a alteração decorra conforme procedimento estipulado no RJIGT, estimando-se o prazo desejável de dois anos até à sua publicação.

Mais decorre do RJIGT, nos termos do n.º 2 do seu artigo 77º, que ocorra a participação pública para formulação de sugestões para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento.

Pelo exposto, **propõe-se** ainda que a Câmara Municipal delibere a abertura do período de Participação Pública da alteração ao Plano Diretor Municipal de Palmela, para a área da AUGI a Norte dos Olhos de Água, pelo período mínimo de 15 dias úteis, contados a partir do 6.º dia após a data da publicação do Aviso respetivo no Diário da República.»

Sobre a proposta de Proposta de alteração do PDM para a área da AUGI a Norte dos Olhos de Água numerada DAU 01_05-15 intervêm:

Relativamente à Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) a Norte dos Olhos de Água, a **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** manifesta o seu agrado por a mesma estar a avançar.

Relativamente a todas as outras, pretende saber se elas têm como condicionante a necessidade de alterar o zonamento e de proceder à alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) ou não havendo essa necessidade, certamente que não vão levar tanto tempo, dado que as alterações ao PDM passaram a ser simplificadas desde 2007. Desconhece quantas AUGI necessitarão de alteração do PDM, pelo que solicita esclarecimentos.

O **Sr. Presidente** passa a enquadrar o assunto das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI's) no Concelho de Palmela.

A Autarquia tem identificado na Carta de Limitação das AUGI's, de 1996, sessenta e duas áreas como AUGI. Em alguns casos tem havido alguma dinâmica por parte das Comissões de Administração. Esclarece que existem processos que não dependem de alterações ao Plano Diretor Municipal (PDM) e mesmo aqueles que dependem não estão todos ao mesmo nível. Por exemplo, a AUGI em apreço é um espaço relativamente pequeno, comparado com outras que acarretam a mobilização de muitos outros coproprietários e também de outra complexidade em termos até da própria contratação de serviços e alterações a projetos.

Entretanto, nos últimos anos, tem-se assistido a alguns desenvolvimentos, pois houve AUGI's que avançaram. Assim, no próximo PDM, o seu número terá reduzido. Presentemente, cinquenta e cinco ainda mexem e dessas, acredita que algumas terão pouca oportunidade de sobreviver, dado que no setor de investimento e mobiliário assiste-se à descapitalização dos proprietários, pois têm dificuldades em pagar as obras de urbanização.

Infelizmente, não consegue apresentar o número de quantas AUGI's precisam de alterações ao PDM, pois existem várias que estão a aguardar. Contudo, não são assim tão significativas. Mas se isso dependesse dessas alterações, poder-se-ia optar pelo regime simplificado, desde que não colidisse com interesses que devem ser salvaguardados, como a proteção dos vários ecossistemas.

Contudo, algumas, em virtude do estado de desenvolvimento dos trabalhos, não justificam essa alteração, pois demoraria mais tempo dado que nos próximos dois anos a Autarquia concluirá o processo de revisão do PDM. De grosso modo não há muitas AUGI's que necessitem dessa forma de agilização, e grande parte está dependente da própria dinâmica.

Informa que os processos que têm alguma maturidade estão finalmente a desbloquear. Como exemplo, cita:

- Brejos Carreiros - Processo que, no mandato anterior, teve grandes desenvolvimentos com obras de urbanização e com licenciamento;
- Marquesas I, II e III - Uma AUGI gigantesca que já se encontra com obras no terreno, nomeadamente, a bacia de retenção, as águas residuais domésticas e um arruamento;
- Cooperativa de Habitação Olhos de Água, C.R.L. (CHOA) - Terá alvará emitido durante a próxima semana.

A Autarquia ensaiou outra solução, mas chegou-se à conclusão que a via adotada permite a conclusão dos processos de forma mais expedita, o que é benéfico para o território, para os coproprietários, para a consolidação daquela pequena zona e infraestruturação da mesma.

A **Sra. Vereadora Cristina Rodrigues** questiona se as que não forem agora integradas não têm esse objeto de alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) porque não há essa tal necessidade de alteração de zonamento e como tal ficarão integradas na revisão do PDM.

O **Sr. Presidente** esclarece que o próximo Plano Diretor Municipal (PDM) há de continuar a ter uma Carta das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI's) e há de identificar aquelas que têm futuro e que têm processo para desenvolver. Contudo, isso só será possível se não houver alteração à Lei das AUGI's.

A Lei n.º 91/95 obteve uma prorrogação por iniciativa do PCP, mas está toda a gente muito preocupada porque não basta prorrogar o prazo, pois a Lei encontra-se desatualizada. Várias têm sido as solicitações ao Município em virtude da sua experiência na matéria, inclusive até por parte da Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local.

Palmela avançou um pouco mais na regulamentação do Licenciamento Condicionado. Na Lei é abordado muito genericamente e o Município, em sede de Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela (RUEMP), procurou alguns avanços no sentido de permitir o Licenciamento Condicionado nas AUGI's que têm já um nível de infraestruturação, de pagamento de taxas e de obras de urbanização concretizadas. Portanto, existem muitas e futuramente mais processos serão objeto de aprovação em reunião de Câmara, nem que seja para a emissão de alvarás, o que, na sua opinião, é bom sinal.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro às escolas no âmbito dos Jogos Desportivos Escolares.

PROPOSTA N.º DEIS 01_05-15.

«A Câmara Municipal de Palmela realiza em conjunto com as escolas básicas e as escolas secundárias, desde o ano letivo 1989/1990, o programa 'Jogos Desportivos Escolares'.

Trata-se de um programa de desenvolvimento desportivo escolar que apresenta uma dimensão interna realizada nas escolas e outra interescolar que compreende dois períodos competitivos. Neste sentido, para o presente ano letivo, a fase inter-escolas realiza-se entre 16 e 20 de março e entre 8 e 11 de junho.

Na vertente organizacional, as atividades desportivas são definidas tendo em consideração as infraestruturas de cada escola e a disponibilidade dos professores, cabendo aos grupos disciplinares de educação física as funções de receção das inscrições, definição dos calendários de jogos e a realização dos diversos torneios.

Competindo à autarquia assegurar a coordenação da gestão desportiva e administrativa do processo assente na função administrativa e na função logística, bem como disponibilizar o

apoio financeiro destinado a compartilhar os custos inerentes com a realização das atividades desportivas em cada escola.

Neste contexto, ao longo das vinte e cinco edições realizadas, milhares de crianças e jovens do concelho de Palmela tiveram a possibilidade de praticar inúmeras atividades físico-desportivas, vivenciar novas experiências e de se envolverem de modo salutar através das oportunidades proporcionadas por este programa.

Assim, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** no quadro das atribuições e competências, designadamente no que concerne à prossecução da política desportiva municipal, a atribuição de um apoio financeiro no valor global de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), aos estabelecimentos de ensino abaixo indicados com o objetivo de compartilhar os custos com a organização dos Jogos Desportivos Escolares 2014/2015:

- | | |
|---|------------|
| • Escola Básica Hermenegildo Capelo, em Palmela | € 500,00; |
| • Escola Básica José Maria dos Santos, em Pinhal Novo | € 500,00; |
| • Escola Básica José Saramago, em Poceirão | € 500,00; |
| • Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Palmela | € 500,00; |
| • Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Pinhal Novo | € 500,00.» |

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro às escolas no âmbito dos Jogos Desportivos Escolares numerada DEIS 01_05-15 intervém:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que esse trabalho só é possível pelo nível técnico que os professores de Educação Física das escolas do concelho têm, aliado ao plano logístico da Autarquia, nomeadamente, em sede de transportes, para que os meninos não falem às aulas.

Existe um complexo plano de transportes que é cumprido escrupulosamente, mas também a colaboração dos outros professores, que não sendo da área da Educação Física, sabendo da existência desse programa e desses jogos adaptam o seu calendário educativo para que os meninos possam estar presentes.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida – ARCOLSA para apoio à realização do 21.º Festival do Queijo, Pão e Vinho.

PROPOSTA N.º DCCT 01_05-15.

«Os eventos de promoção dos produtos locais de qualidade são determinantes para a manutenção da ruralidade e para a afirmação turística do concelho de Palmela, constituindo um importante eixo na estratégia de desenvolvimento sustentável do território. Razão pela qual, o município mantém um acompanhamento regular às entidades que organizam estas iniciativas e colabora ativamente na sua organização, através de apoios técnicos, financeiros e logísticos.

Este ano, o Festival do Queijo, Pão e Vinho realizar-se-á nos dias 27, 28 e 29 de março, em S. Gonçalo, freguesia de Quinta do Anjo, nas instalações da ARCOLSA - Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida, entidade que coordena a organização do certame, e contará com a presença dos principais produtores de vinho da Península de Setúbal, dos produtores de Queijo de Azeitão, de produtores artesanais de pão e da melhor doçaria que se faz na região.

A par da componente comercial, o evento contará com um diversificado e rico programa de animação, do qual se destaca as tradicionais corridas de ovelhas, mostras de tosquiadas, demonstrações equestres, laboratórios de gosto e provas comentadas de vinhos e queijos.

Pelas suas características únicas, o Festival do Queijo, Pão e Vinho é uma organização complexa e dispendiosa, sendo relevante o apoio da Câmara Municipal de Palmela. Para fazer face aos elevados custos de organização de um evento desta natureza, a ARCOLSA solicitou apoio logístico e financeiro à Câmara Municipal de Palmela.

Assim, dada a importância do evento para a promoção turística e desenvolvimento económico do concelho de Palmela, conforme atrás exposto e de forma a colmatar parte das despesas da organização deste evento, para além do importante apoio logístico que a autarquia assegura, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea u), n.º 1, do art.º 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoio financeiro, no valor de 4.000,00 € (quatro mil euros) à ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida – ARCOLSA para apoio à realização do 21.º Festival do Queijo, Pão e Vinho numerada DCCT 01_05-15 intervêm:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** sublinha que esse é um festival direcionado às famílias e com atividades para todos os públicos. Trata-se de um festival que atrai, todos os anos, milhares de visitantes ao concelho.

Este ano conta uma vez mais com um programa muito diversificado e de grande qualidade. Aproveita para destacar na elaboração do programa e no apoio à realização do festival, o papel dos técnicos da Autarquia na comissão de organização do evento.

A participação de vários agentes culturais do concelho, desde a Sociedade Filarmónica Humanitária (SFH), passando pelo Quintajense Futebol Clube, ao Centro Social de Quinta do Anjo, são vários os agentes que colaboram no enriquecimento da programação e das iniciativas.

Realça a homenagem ao Cante Alentejano, recentemente distinguido como Património Cultural Imaterial da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Aproveita a oportunidade para destacar o conjunto de iniciativas desportivas que vão acontecer e que, de alguma forma, evidenciam as potencialidades de turismo da natureza no concelho, nomeadamente, passeios pedestres e BTT que vão acontecer no âmbito da programação do festival, mas também várias atividades equestres que são promovidas pelas escolas equestres do concelho.

Naturalmente, a exposição e venda dos magníficos produtos locais e aquilo que de melhor é feito no concelho a esse nível terá um maior destaque. Serão três dias muito intensos e preenchidos e salienta também os "Fins de Semana Gastronómicos do Queijo de Ovelha" que irão acontecer em vários estabelecimentos de restauração do concelho como iniciativa complementar que visa, no fundo, enriquecer a oferta a todos os visitantes que procurem o concelho nos três dias de festival.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** reforça o reconhecimento do PS nesse trabalho de continuidade por parte da Associação Regional dos Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida (ARCOLSA) e à 21.ª Edição do Festival do Queijo, Pão e Vinho que, para além da área económica em si, sabe e tem sabido aglomerar uma série de trabalho e de intervenções das forças vivas do concelho, numa série de outras áreas como a desportiva e a cultural.

Suscita apenas uma pequena questão em relação ao apoio logístico e a sua quantificação, caso seja possível, uma vez que é um fator de grande peso no apoio municipal.

Obviamente o PS vai votar a favor da proposta de apoio financeiro de 4.000 € (quatro mil euros), como votariam também se o apoio tornasse aos valores de 2010, cerca de 10.000 € (dez mil euros). O PS julga que a dimensão do evento, a sua importância e a sua centralidade em relação a todas as áreas que intervém, certamente justificariam uma pequena diferença de apoio que para a ARCOLSA seria, com certeza, de uma importância proporcionalmente muito melhor.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** explica que, relativamente ao apoio logístico, a Autarquia dá apoio no sentido da preparação e da adaptação do recinto para a realização do evento, da própria limpeza, infraestrutura elétrica/geradores elétricos, fornecimento do combustível necessário ao funcionamento dos geradores.

Naturalmente a Autarquia tem um papel muito importante na mobilização do conjunto de agentes para intervirem na valorização do próprio programa da iniciativa. Portanto, o apoio é o

apoio que é possível dar na atual conjuntura que se vive, mas que se reveste de grande importância para a comissão organizadora.

O **Sr. Presidente** acrescenta que não é possível contabilizar ao cêntimo, neste momento, o apoio logístico, mas garante que será numa ordem de duas a três vezes superior ao subsídio, e tratando-se de uma organização da Associação Regional dos Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida (ARCOLSA) há que pôr os pontos nos «is».

O certame tem um grande envolvimento do Município, que não quer ser organizador, mas é um Município que tecnicamente prepara e, portanto, há que considerar. Uma coisa é a Autarquia apoiar um evento, uma festividade que também tem apoio logístico, mas que faz tudo sozinho como, por exemplo, a Associação de Festas Populares Pinhal Novo - Desenvolvimento e Cultura Local, e outra coisa é um evento que também está a tentar fazer esse caminho com entradas simbólicas e outra angariação de participantes e patrocínios. Desse modo vai ganhando autossustentabilidade e consegue financeiramente suportar os custos do evento. Mas há custos que são internalizados no próprio Município que investe, por exemplo, em publicidade/comunicação. Por vezes a atenção é centrada apenas no valor do subsídio, mas isso é uma forma demasiado redutora ou míope de apreciar esse tipo de situações.

O evento é da ARCOLSA e tem o devido acompanhamento por parte do Município. A Autarquia garante que o evento nunca cairá e, portanto, continuará a fazer um trabalho que não é visível e que, por vezes, não é transformado em números.

Elogia o trabalho desempenhado pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha no sentido de colocar, no plano de desenvolvimento turístico e na lógica de visitantes do Enoturismo, os produtos de referência da gastronomia regional, por forma a ir buscar financiamento para publicidade à Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (ERT-RL).

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Homologação da adjudicação em Hasta Pública do espaço de venda n.º 13 (florista) do Mercado Municipal de Pinhal Novo.

PROPOSTA N.º DCCT 02_05-15.

«Nos termos do artigo 8.º do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais e para os efeitos previstos no Edital n.º 3/DADO-DAG/2015, de 20 de janeiro, decorreu no dia 24 de fevereiro de 2015, a Hasta Pública para adjudicação dos respetivos espaços de venda, na modalidade de arrematação.

Em conformidade com o Auto, foi arrematado o espaço de venda n.º 13, destinado a florista, do Mercado Municipal de Pinhal Novo, por Glória Marcelino – Unipessoal, Lda., pelo valor total de € 2.337,00 (dois mil, trezentos e trinta e sete euros), IVA incluído à taxa legal em vigor.

Assim, **propõe-se** nos termos do n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais, a homologação da adjudicação do direito de ocupação do referido espaço de venda à entidade licitante.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se algum dos Munícipes quer intervir.

Não há intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezoito horas e vinte cinco minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco